

OECD Journal on Development
Development Co-operation - 2007 Report
Volume 9 Issue 1

Summary in Portuguese



Jornal sobre Desenvolvimento da OCDE

Desenvolvimento de Cooperação – Relatório 2007

Volume 9, Fascículo 1

Sumário em Português

- O Relatório de Desenvolvimento da Cooperação fornece uma actualização anual sobre as tendências das ajudas internacionais.
- O sucesso no alcance dos objectivos de ajudas é medido segundo um quadro de 12 pontos; o relatório deste ano demonstra um claro progresso em apenas 5 destas 12 medidas de sucesso.
- O relatório também inclui 12 lições aprendidas a partir de análises de parceiros sobre como a ajuda pode ser melhor gerida de forma a resultar em desenvolvimento.

O *Relatório do Desenvolvimento da Cooperação* (RDC) pretende informar o público acerca das últimas tendências nas ajudas internacionais. Fornece ao mundo o conjunto mais abrangente de estatísticas sobre o desenvolvimento da cooperação ao longo do último ano, também tenta fornecer alguma análise sobre o significado dos dados apresentados. O Anexo Estatístico fornece informação definitiva e actualizada tanto dos membros CAD como de outros doadores.

Um quadro de resultados: 12 medidas de progresso

Neste relatório o Presidente do CAD (comité de ajuda ao desenvolvimento) reflecte sobre a evolução de AOD (Ajuda Oficial ao Desenvolvimento) desde meados de 2003 e revê o progresso de uma dúzia de medidas identificadas como "medida" dos resultados da cooperação para o desenvolvimento. Estas podem ser agrupadas em seis áreas: volume de ajuda, atribuição de ajuda, situações frágeis, eficiência da ajuda, esforços dos países receptores e obtenção de resultados. O último indicador descreve o progresso na direcção dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Volume de ajuda

Medida 1: Os doadores estão a desembolsar pelo menos 75 mil milhões de dólares americanos líquidos (aos preços e taxas de câmbio de 2002).

ALCANÇADO

As contribuições em 2006 totalizaram 77.8 mil milhões de dólares americanos (no entanto, este valor exclui a ajuda ao Iraque, o montante é de 70.7 mil milhões de dólares americanos).

Medida 2: O grosso do aumento do fluxo de ajudas envolve a transferência genuína de recursos para as economias dos países em desenvolvimento. **NÃO ALCANÇADO**

O grosso do aumento em ajudas a partir da linha base de 2002 de 57.5 mil milhões para 77.8 mil milhões de dólares americanos (cálculo baseado no dólar americano de 2002) foi em alívio da dívida externa, o que, recentemente, tem tido impactos muito positivos em muitos países. No entanto, já que o perdão da dívida recai no futuro, é imperativo que se aumente a ajuda programável se quisermos alcançar os objectivos de AOD implícitos nos compromissos dos membros do CAD (ver tabela de simulação sob a medida 1).

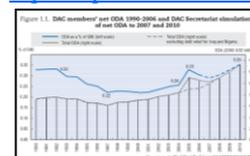
Atribuição da ajuda

Medida 3: A proporção de DAO atribuída aos países menos desenvolvidos (PMD) e outros países de baixo rendimento (OPBR) aumentou significativamente. **ALCANÇADO**

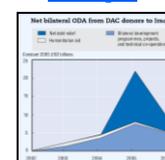
A proporção de AOD atribuída aos países mais pobres aumentou de 40% do AOD bilateral líquido em 2002 para 46% em 2006; em termos do total de AOD, o aumento foi de 47% para 49%. Em 2006, dois factores excepcionais justificam este aumento: Um grande aumento do AOD ao Iraque e o cancelamento de uma grande parcela da dívida comercial Nigeriana.

A um nível regional existe ainda um aumento marcado na parcela de ajuda programável em África. No entanto, há ainda muito a ser feito para alcançar a

[Figura 1.1] AOD líquida dos membros CAD 1990-2006 e simulações do secretariado CAD do AOD líquido para 2007-2010



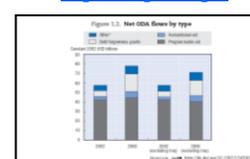
[Tabela 1.2] AOD bilateral líquido de doadores CAD para o Iraque



[Caixa 2] Doadores principais nos quais o Iraque é um dos 5 principais receptores

País	Valor (bilhões de \$ EUA)
Estados Unidos	12.0
Reino Unido	10.0
Francia	8.0
Itália	7.0
Países Baixos	6.0
Outros	5.0

[Figura 2] Fluxo AOD líquido por tipo



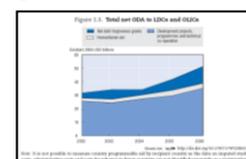
promessa realizada no comício dos G8 em 2005 de dobrar a AOD a África até 2010 (em comparação com os níveis de 2004).

Medida 4: Uma parcela maior de AOD é atribuída a países com um número de pobres relativamente grande e um bom desempenho. **NÃO ALCANÇADO**
Será que os doadores valorizam o bom desempenho? Julgando pela proporção de AOD bilateral líquida atribuída aos países nos dois quintos superiores do Índice de Atribuição de Recursos do Banco Mundial IDA (IRAI) – todos os quais são PMDs ou OPBRs – a resposta é “não”, não obstante um aumento substancial em termos reais. A proporção atribuída a este grupo diminuiu de 19% em 2002 para 17% em 2006.

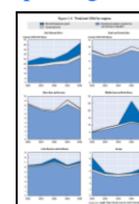
Medida 5: O alívio humanitário ou de emergência está em tendência decrescente, pelo menos enquanto uma proporção do total da ajuda. **NÃO ALCANÇADO**

Não obstante a esperança que a necessidade de ajuda humanitária e de emergência decrescesse, na prática aumentou ligeiramente – de 5% do total de AOD em 2002 para 6% em 2006. Em termos reais, os valores absolutos aumentaram 90% entre 2002 e 2006.

[Figura 3] AOD total líquido para PMDs e OPBRs



[Figura 4] DAO total líquido por região



Situações frágeis

Medida 6: Intervenções bem organizadas têm sido levadas a cabo em países de fraco desempenho onde são possíveis transferências eficientes. **POUCO CLARO**

De futuro, uma proporção crescente dos extremamente pobres e daqueles nas piores condições sociais e ambientais viverão tendencialmente em “estados frágeis”. Embora haja evidências de progressos ao nível de campo, é preciso fazer-se muito mais para maximizar a eficiência das intervenções de doadores em situações de desafio, especialmente progressos na coordenação de doadores e na ajuda a desenvolver instituições locais competentes e responsáveis.

Eficiência da ajuda

Medida 7: Uma maior proporção da ajuda está livre. **ALCANÇADO**

Fizeram-se progressos – a certo ponto. Uma quantidade de membros CAD libertou, total ou quase totalmente, os seus programas de ajuda bilateral. A proporção de ajuda financeira de membros CAD registada como livre aumentou de 42.5% em 2002 para 53.0% em 2006, mas esta imagem é mascarada pelo facto de uma porção considerável da ajuda financeira não ser declarada. Inclusivamente, uma grande proporção de contractos financiados por ajudas libertadas ainda é atribuída a fornecedores dos países doadores.

Medida 8: Uma parte muito maior da ajuda está dirigida a prioridades locais, programas, sistemas e cifras nos orçamentos dos receptores. **POUCO CLARO**

Uma medida do progresso dos doadores ao alinharem a ajuda com as políticas e sistemas dos receptores é a proporção de ajuda aos governos que é registada no orçamento nacional. Um inquérito de 2006 demonstrou que o desempenho varia consideravelmente tanto entre membros CAD – de 24% a 87% – e entre países receptores – cerca de 32% a 99%.

Medida 9: Os indicadores de harmonização demonstram um aumento fabuloso a partir da linha base de 2002/2003. **POUCO CLARO**

A harmonização refere-se a como os doadores trabalham em conjunto para

minimizar custos desnecessários, tanto para os receptores como para si próprios. Um indicador útil da harmonização é a proporção de trabalho analítico que é realizado em conjunto pelos dadores. Entre membros CAD, a proporção de trabalho harmonizado variou entre 12% e 80%.

Medida 10: As despesas em cooperação técnica são comprovadamente mais eficientes e mais efectivas. (Estas incluem maior apoio coordenado, maior utilização de sistemas do país e aumento da utilização de aptidões locais ou outras “aptidões sulistas”.) **POUCO CLARO**

Um problema na contabilização desta medida - tanto para os dadores como para os receptores - é a variedade de diferentes tipos de ajuda que é declarada sob o título genérico de "cooperação técnica". De momento, o progresso nesta área não é claro.

Esforços de países receptores

Medida 11: Os receptores expandem a provisão de serviços e aumentam o rendimento interno em vários pontos percentuais para evitar a dependência pouco saudável nas ajudas estrangeiras. **ALCANÇADO**

A ajuda é apenas um complemento aos esforços de desenvolvimento dos países individuais ao lado das despesas públicas em saúde e educação e do rendimento actual (em percentagem do Rendimento Interno Bruto). Porém, é difícil quantificar esta medida com precisão, parece haver progresso no aumento do rendimento (de cerca de 15% em 2000 para 18% em 2004); mais especificamente na África SubSaariana, ultrapassou o aumento de AOD ao longo do período 2001-2006.

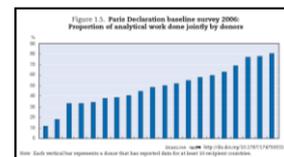
Alcançando resultados

Medida 12: Um apoio aumentado e mais eficiente tem começado a traduzir-se em maior progresso na direcção dos, cada vez mais difíceis de alcançar, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs), não sendo menos marcado na África subSaariana. **ALGUM – MAS INSUFICIENTE - PROGRESSO**

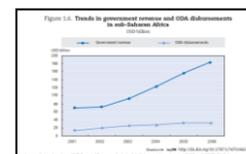
De muitas formas, esta é a medida mais importante. No entanto, julgar o progresso a partir dela depende de três coisas:

- **Informação estatística suficientemente fiável.** Isto é ainda um problema em muitos indicadores.
- **Um sentido claro da taxa de progresso ao longo do tempo.** O ano base para os Objectivos é, de facto, 1990, no entanto foram englobados em 2000 na Cimeira do Milénio. Em muitos casos, estamos, assim, a olhar para o desempenho dos primeiros 15 anos de um período de 25 anos.
- **Alguma relação plausível entre a ajuda e os resultados.** Os resultados podem derivar largamente de esforços locais, assim, é importante olhar ao facto de a intervenção de uma ajuda pode ser *uma das causas prováveis* das alterações observadas.

[\[Figura 5\] Declaração de Paris, inquérito base 2006: Proporções de trabalho analítico realizado conjuntamente por dadores](#)



[\[Figura 6\] Tendências no rendimento governamental e gastos AOD na África subSaariana \(milhares de milhões de dólares americanos ao valor actual\)](#)



Alcançando o objectivo da pobreza: Caso as tendências actuais se mantenham, o objectivo do rendimento de pobreza será alcançado antes de 2015. No entanto, não é certo que o número de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar americano por dia tenha, ainda, caído abaixo de mil milhões.

Progresso em outras áreas: É pouco provável que alcancemos os restantes objectivos até 2015 a um nível global ou em muitas regiões (especialmente na África subSaariana e no Pacífico). No entanto, existem provas de progresso rápido recente em outros locais:

- O número de pessoas extremamente pobres na África subSaariana nivelou e a sua taxa de pobreza decaiu em cerca de 6% desde o ano 2000.
- Enquanto as inscrições na educação primária aumentaram de 80% em 1991 para 88% em 2005, a maioria do progresso realizado em países em desenvolvimento teve lugar em 1999.
- A um nível global, as mortes por sarampo caíram de 757,000 em 2000 para 242,000 em 2006, uma queda de 68%. Em África, este declínio foi de quase 91% no mesmo período.
- Nos “países em transição” (Sudeste Europeu e a Commonwealth de Países Independentes), o declínio da pobreza desde o ano 2000 tem sido pelo menos tão acentuado como o aumento que muitos deles sentiram nos anos 90.

Pode a ajuda internacional receber o crédito por este progresso?

Claramente, está longe de ser o único factor contributivo. No entanto o aumento do AOD para a saúde e a educação básica em muitos países pobres tem, seguramente, contribuído para os resultados nestas áreas. A pobreza está, finalmente, a decair a uma taxa significativa. Parece pouco provável que esta redução na pobreza teria sido possível sem os efeitos múltiplos – ao longo de muitos anos - de políticas de reforma suportadas pelas ajudas, melhoramentos na governação e investimento.

O caminho para a frente: Ajuda em troca de comércio

No mundo actual da globalização, existem evidências claras que o mercado é um forte impulsionador para o crescimento económico o que, por sua vez, é essencial para a redução da pobreza. No entanto, muitos países em desenvolvimento não possuem as capacidades básicas para usufruir das oportunidades de mercado. A maioria dos países agora têm isenções institucionais, estruturas dedicadas, equipas profissionais e aconselhamento operacional especialmente focalizado no fornecimento de “mais” e “melhor” ajuda ao comércio, reflectindo os princípios da Declaração de Paris sobre a eficiência das ajudas.

Aprendendo pela Experiência: Doze Lições de Análises de Parceiros

Em 2006 os membros CAD desembolsaram mais de 100 mil milhões de dólares americanos em fundos públicos para o desenvolvimento. Isto representa uns estimados 90% do AOD total gasto mundialmente. Historicamente, o processo de revisão por parceiros tem trazido à atenção do CAD muitos aspectos. Estes aspectos foram sintetizados numa série de 12 lições sobre como a ajuda pode ser gerida eficientemente para produzir resultados de desenvolvimento. Estas lições podem ser agrupadas em três grandes categorias: Estratégia, gestão organizacional e gestão do fornecimento.

Estratégia

Lição 1. Encontrar as bases legais e políticas apropriadas.

Ter uma afirmação clara ao mais alto nível do propósito da cooperação para o desenvolvimento quer em termos de legislação ou outras formas, que seja de posse alargada e permaneça relevante por um período suficiente.

Lição 2. Gerir os interesses nacionais concorrentes

Evitar deixar que pressões a curto prazo ponham em perigo o interesse comum a longo prazo no desenvolvimento efectivo.

Lição 3. Alcançar maior coerência política para o desenvolvimento

Marcas um mandato claro e estabelecer mecanismos que assegurem que as políticas sejam avaliadas pelo seu impacto nos países pobres.

Lição 4. Percepção pública

Investir no fornecimento, medição e comunicação dos resultados das actividades de ajudas financeiras.

Gestão organizacional

Análises recentes de parceiros demonstraram que as reformas organizacionais parecem cada vez mais ligadas à eficiência das ajudas.

Lição 5. Identificação de uma estrutura de liderança que funcione

Empenhe uma figura pública suficientemente sénior e publicamente responsável com clara responsabilidade a um nível político na produção de uma cooperação para o desenvolvimento eficiente.

Lição 6. Lidando com a dispersão institucional

Racionalize estruturas de ajuda bilateral para facilitar actividades coerentes a um nível nacional.

Lição 7. Gerindo as contribuições para instituições multilaterais

Promova uma maior coerência entre os responsáveis por diferentes aspectos da ajuda multilateral.

Lição 8. Descentralizando a gestão para o campo

A descentralização da responsabilidade a um nível de campo pode ser benéfico, mas necessita de sistemas de suporte optimizados e de alta qualidade.

Gestão do fornecimento

Lição 9. Gerindo o crescimento escalonado da ajuda para o desenvolvimento

As reformas radicais no fornecimento de ajuda serão vitais consoante os dados são forçados a fornecer mais ajuda por cabeça da equipa da agência enquanto aumentam a eficiência desta ajuda.

Lição 10. Mantendo uma perspectiva focalizada de acordo com os países e os sectores

A maioria dos membros CAD devem focar a sua assistência em menos países, menos sectores, em particular, menos actividades.

Lição 11. Gestão com base no desempenho, avaliação e controlo de qualidade
Desenvolva uma cultura mais forte de gestão por resultados e alinhe os incentivos de acordo com esta perspectiva, mas de forma a promover, e não enfraquecer, as estruturas locais de responsabilização.

Lição 12. Prioridades de gestão de recursos humanos

Garantir e desenvolver uma equipa local e expatriada bem qualificada e bem motivada é essencial para que qualquer agência funcione eficientemente.

Aumentando a eficiência da ajuda: Lições do sector da saúde

Entre os anos de 1999 e 2005, o desenvolvimento da assistência na saúde aumentou de 6 mil milhões para 13.4 mil milhões de dólares americanos. Ao mesmo tempo, vários afunilamentos que impediam a obtenção dos Objectivos de saúde do Milénio tornaram-se evidentes. Este facto encorajou os dadores e países parceiros a mudar a forma como faziam o seu trabalho e, utilizando a Declaração de Paris como estrutura base, conseguiram alcançar acordos importantes. Estes acordos ajudaram a colocar em funcionamento muitas das pedras basilares do melhoramento da eficiência da ajuda, resultando em melhorias notáveis em áreas tais como a mortalidade infantil, o controlo da malária e tuberculose, e o tratamento do HIV/SIDA. Mas mantém-se a necessidade de monitorizar o progresso para vermos o que está a funcionar e tomar acções para melhorar o que não está.

Pode aceder ao Relatório completo em www.sourceoecd.org/developmentreport

© OECD 2008

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês. Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 99 30

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal
75116 Paris, França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

